



# Defesa de Santos Silva abre alegações no regresso do processo Marquês

Instrução do caso que envolve o ex-primeiro-ministro José Sócrates é retomada hoje, depois de mais de três meses de interrupção, devido à covid-19

Inês Banha  
ines.banha@jn.pt

**CORRUPÇÃO** Mais de três meses depois de, a 11 de março, o debate instrutório da Operação Marquês ter sido interrompido devido à pandemia de covid-19, são retomadas hoje, em Lisboa, as diligências do processo em que o ex-primeiro-ministro José Sócrates (2005-2011) está acusado, no total, de 31 crimes de corrupção passiva para titular de cargo político, branqueamento de capitais, falsificação de documento e fraude fiscal qualificada.

A partir das 14 horas, cabe à defesa de Carlos Santos Silva – amigo e, defende o

Ministério Público (MP), testa de ferro do antigo governante socialista – alegar pela última vez antes de, numa data para já desconhecida, o juiz de instrução Ivo Rosa comunicar se o caso segue (ou não) para julgamento e, se sim, em que termos. O processo tem 28 arguidos, que afirmam, em geral, ser inocentes. Mas, para o procurador Rosário Teixeira, um dos titulares do inquérito, o caso deve mesmo ser julgado, para “cabal esclarecimento” dos factos.

A posição foi expressa pelo magistrado a 5 de março, ao fim de mais de quatro horas e meia de alegações repartidas com o seu colega

Vitor Pinto. Seguiram-se, ao longo de três tardes, as exposições dos advogados de sete dos 19 arguidos que requereram a instrução, entre os quais Armando Vara, ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos (CGD) (2005-2008), e os antigos administradores da Portugal Telecom (PT) Henrique Granadeiro (2006-2014) e Zeinal Bava (2008-2014). A defesa de Sócrates deverá alegar ainda esta semana, período para o qual estão agendadas três sessões.

**DAS CASAS AO TGV**

Entre os ilícitos imputados ao ex-primeiro-ministro estão o favorecimento do grupo Lena nas relações com a

Venezuela e na concessão do TGV, a submissão da atuação do Estado na PT aos interesses do Grupo Espírito Santo (GES), o recebimento de um suborno no negócio do empreendimento de Vale do Lobo – considerado ruinoso para a CGD –, a compra de habitações em Paris, em Lisboa e no Alentejo, e a forja de contratos para justificar pagamentos.

Quase sempre, diz o MP, com dinheiro de Santos Silva – pertencente, na realidade, a Sócrates, segundo a acusação – e através de percursos financeiros complexos com passagens por contas no estrangeiro e offshore. Só do GES, o antigo governante terá recebido, segundo o MP, luvas de mais de 25 milhões de euros e, do grupo Lena, de mais de cinco milhões. A prática destes atos tem, porém, sido reiteradamente negada pelos visados, incluindo no debate instrutório.

Ainda assim, é sobretudo em questões formais que os representantes dos arguidos apostam para fazer cair a acusação já nesta fase. Hoje, por exemplo, é expectável que a defesa de Santos Silva tente, mais uma vez, demonstrar que o processo administrativo que deu origem à Operação Marquês é ilegal. Rosário Teixeira já rejeitou a existência de qualquer irregularidade. ●

**PORMENORES**

188

**crimes** imputados pelo Ministério Público, no total, a 28 arguidos. Destes, 19 requereram a abertura da instrução, destinada a apurar se existem indícios suficientes para o processo seguir para julgamento.

**Há mais de um ano**

A instrução começou em janeiro de 2019. Até ao início do debate, em março, foram ouvidos 11 arguidos e mais de 40 testemunhas.

**Debate suspenso**

Durante cerca de dois meses e meio, os tribunais acolheram apenas diligências urgentes. Sem arguidos presos, o debate instrutório – que chegou a ter mais de 50 pessoas na sala – acabou por ser suspenso.

**Milhares de páginas**

O processo tem mais de 53 mil páginas só nos volumes principais. Há ainda 700 apensos. Na fase de inquérito, as inquirições totalizaram 425 horas.

← A defesa de Santos Silva começa hoje a rebater a acusação (à direita) e Sócrates deverá fazê-lo ainda esta semana



**Há seis anos em diligências**

— 21 NOV 2014 —

José Sócrates é detido no aeroporto de Lisboa, ao chegar de Paris, França. Três dias depois, o juiz Carlos Alexandre aplica-lhe a medida de coação de prisão preventiva.

— 16 OUT 2015 —

O ex-primeiro-ministro sai em liberdade. A 4 de setembro, passara já para prisão domiciliária, sem pulseira eletrónica. Ao todo, esteve 288 dias preso em Évora.

— 11 OUT 2017 —

O Ministério Público acusa 19 pessoas e nove empresas no âmbito da Operação Marquês. Entre os acusados estão, além de Sócrates, Zeinal Bava, ex-administrador da PT, e Ricardo Salgado, presidente do BES.

— 7 SET 2018 —

Dezanove arguidos requerem a instrução. A 28, o processo é distribuído, por sorteio eletrónico, a Ivo Rosa, um dos dois juizes do Tribunal Central de Instrução Criminal.

— 28 JAN 2019 —

Têm início os interrogatórios e inquirições da fase de instrução, à porta fechada. Sócrates foi ouvido no final de setembro, durante mais de 30 horas.

— 4 MAR 2020 —

Começa o debate instrutório, à porta aberta. No dia 11, após cinco sessões, é interrompido, devido à pandemia de covid-19. É retomado hoje às 14 horas, em Lisboa.